



Grupo de Trabalho A

Eixo I - Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil;
XII - Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

Propostas:

1. Sistematização das diretrizes anteriores no programa “Viva Jovem”, visando assegurar o pleno desenvolvimento da criança e adolescente, oferecendo alternativa de plano de vida e autoestima plena.
2. Criação de assembleia popular das escolas com a comunidade, para dar abertura às famílias e movimentos sociais ativamente na participação, construção da educação e envolvimento da comunidade local na gestão escolar e nos projetos e programas, com liberdade de expressão garantida na legislação.
3. Participação política por meio da alteração da lei que diz respeito ao coeficiente de participação da juventude em seus variáveis recortes racial, de gênero e social nos conselhos e espaços de decisão. Conscientizando e fortalecendo populações de regiões periféricas implementando conselhos distritais.
4. Vinculado aos ODS 11 e 12: fortalecer financeiramente e garantir a autonomia do órgão colegiado municipal de juventude, fazendo cumprir legislações e programas já aprovados como o Plano Diretor, Estatuto da Cidade, Estatuto da Juventude.
5. Criação de secretaria de políticas públicas para juventude com orçamento próprio com foco na implementação do plano municipal das juventudes.
6. Criação de programa que realiza busca ativa de jovens vítimas de violências e em situação de vulnerabilidade e o encaminhamento para os órgãos de acolhimento responsáveis.
7. Divulgação de materiais relacionados aos direitos das juventudes.
8. Facilitar participação e inscrição de jovens em editais, programas e projetos promovidos pela prefeitura

Grupo de Trabalho B

Eixo II - Direito à Educação;

Eixo VI - Direito à Cultura.

Propostas:

1. Diálogo informacional dinâmico e didático de estudantes da saúde e direito com jovens, sob remuneração de entidades complementares e estágio não remunerado.
2. Sistematização dessas clínicas e oficina em um programa institucional da prefeitura na rede pública municipal de ensino, contando com estudantes, com bolsa no ensino superior, ofertadas pelo poder municipal, para atuarem no programa.
3. Em todas as redes de ensino tenha-se um profissional apoiador e que se tenha um material adaptado de acordo com as necessidades de cada jovem com deficiência.
4. Ampliação da verba e criação de programas no contra turno e de sustentabilidade, como a coleta seletiva e horta na escola, que estimulem o jovem a conhecer cultura, esporte e atividades complementares em parceria com as redes públicas, reconhecendo as necessidades da efetivação e fiscalização de inclusão total das pessoas com deficiência
5. Valorização dos profissionais da educação com aumento salarial, e promover a formação ampla e continuada dos educadores, da equipe gestora e dos funcionários públicos para temas como: gênero, sexualidade, diversidades socioculturais, saúde mental, sustentabilidades e o ensino da história da África (Lei Federal 10.639).
6. Priorizar e garantir vaga na unidade de ensino pública mais próxima a residência do aluno, e fiscalizar que não exista superlotação em sala de aula.
7. Desenvolver programas municipais de acesso ao ensino superior e a ciência, tecnologia e inovação para jovens de baixa renda.
8. Garantir igualdade educacional por meio do fundeb renovado, ampliado e permanente.
9. Avanço e implementação de CCAs e creches em período integral.
10. Parceiros e convênios com SISEM (estadual), fábricas de culturas e outros instrumentos da cultura nas escolas da rede municipal nos finais de semana.
11. Pontos culturais descentralizados

Grupo de Trabalho C

Eixo III - Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda.

Propostas:

1. Abertura semestral e regular de estágios na área de saúde para a juventude.
2. Redução da carga horária máxima para jovens aprendizes, estagiários e trabalhadores sem a redução do salário, conciliando as férias do jovem trabalhador junto às férias escolares.
3. Ter auxílio jurídico gratuito para jovens de 15 a 29 anos, relacionado a questões trabalhistas.
4. Alterar a legislação de cotas para que se tenha uma maior proporção de PCDs em relação a quantidade de trabalhadores
5. Ter um plano detalhado de fiscalização sobre as condições de trabalho, que seja constante e transparente com boletins mensais.
6. Regularização dos aplicativos que atendam a critérios da CLT.
7. Que seja promovida campanhas para esclarecimento e informação acerca do modelo de contrato da Pessoa Jurídica e contrato CLT.
8. Promover e incentivar iniciativas de economia solidária e cooperativa na cidade de São Paulo.
9. Elevar a remuneração do jovem aprendiz, tendo como referência de base o salário mínimo.
10. Promover o desenvolvimento econômico territorialmente em todas as regiões da cidade de São Paulo, garantindo o pleno desenvolvimento de cada região buscando reduzir as desigualdades.
11. Capacitação para jovens em medida socioeducativa. Atuação na rede de emprego (Senac, por exemplo). Aumentar e divulgar vagas nas empresas de jovem aprendiz.
12. Capacitação para jovens em medida socioeducativa. Atuação na rede de emprego (Senac por exemplo)
13. Política de formação, emprego e renda para juventudes em equipamentos públicos através de editais e/ou concursos públicos específicos. Com recorte de cotas raciais, escola pública e renda máxima de 1,5 sm.
14. Políticas públicas e ações do governo que ajudem e deem subsídios para as pessoas egressas do sistema penitenciário conseguirem ter acesso aos direitos fundamentais, emprego e renda.

Grupo de Trabalho D

Eixo IV - Direito à Diversidade e à Igualdade;

Eixo VII - Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão.

Propostas:

1. Garantia de acesso a transição hormonal para pessoas trans, visando a inclusão nas áreas de esportes e cultura, bem como apoio psicológico e acompanhamento parental
2. Atendimento especializado para a saúde LGBTQ+ e ampliação de informação das redes já existentes.
3. Inclusão de materiais didáticos que tratam das questões LGBTQI, étnico raciais, e de gênero que incluam as questões previstas nos currículos existentes.
4. Treinamento de equipes médicas para o cuidado especializado com a saúde das mulheres cis e trans, como o acompanhamento de tratamentos hormonais para prevenção de possíveis complicações e a prevenção da gravidez na adolescência.
5. Criação de campanhas e cursos de formação em espaços públicos que enfatizem a escolha do “ser mãe” e do casamento, principalmente precoce, e acerca de temas como gênero, feminismo e masculinidade.
6. Promover campanhas de incentivo ao ingresso das mulheres em campos de ciência e tecnologia.
7. Fortalecer os Centros de Referência da Mulher e mapear as regiões com mais casos de violência contra as mulheres cis e trans para abrir mais centros.
8. Ampliação e fortalecimento do programa Transcidadania buscando levar mais dignidade e emprego para as mulheres trans em situação de vulnerabilidade.
9. Humanização do atendimento para mulheres e meninas negras, livre de preconceitos e garantia de acessibilidade.
10. Criação de campanhas contra a naturalização do assédio e culpabilização da vítima.
11. Sensibilização dos setores públicos com a promoção e incentivo de campanhas de conscientização acerca da pessoa com deficiência.
12. Que sejam fomentadas campanhas de incentivo à igualdade de gênero.
13. Garantir uma legislação e mecanismos de fiscalização que combatam a discrepância entre gêneros.
14. Selo da prefeitura para empresas que garantem a equiparação salarial.
15. Wifi na favela.

Grupo de Trabalho E

Eixo V - Direito à Saúde;

Eixo VIII - Direito ao Desporto e ao Lazer.

Propostas:

1. Garantia de um ambiente de trabalho construtivo, que assegure dignidade, saúde e bem-estar para os jovens paulistanos trabalhadores, com abertura semestral e regular de estágios na área de saúde para a juventude
2. Criação de um centro de apoio psicológico ao jovem.
3. Programa de apoio psicológico aos jovens nas escolas. Atendimento individualizado e coletivo com profissionais e estudantes da área da saúde, sob supervisão
4. Garantir acesso integral à saúde e a inserção de imigrantes na cidade de São Paulo.
5. Criação de um programa de saúde e bem estar da mulher, a começar com jovens de 15 anos. Assegurando a prevenção e acompanhamento em caso de gravidez.
6. Padrão de atendimento ao jovem.
7. Atendimento de psicólogos e assistentes sociais em unidades escolares.
8. Criação de campanhas nas escolas de ensino básico e ensino superior ligado à sexualidade, gênero e gravidez na juventude pautando a prevenção de violência sexual infantil, juvenil e os riscos de contaminação de IST's e HIV.
9. Criação de equipes multiprofissionais em espaços públicos de forma obrigatória para fornecer atendimento psicossocial a mulheres com profissionais especializados.
10. Legalização do aborto.
11. Implementação no município da lei 542/2017 bom prato estudantil.
12. Criação de um programa de Assistência Jurídica, psicológica e social da Prefeitura, em parceria com as Universidades que já ofertam esse programa presente em, ao menos, todas as subprefeituras.
13. Promoção e discussão de políticas anti-proibicionistas e criação de equipamentos para redução de danos.
14. Parcerias e convênios com times profissionais para a realização de clínicas esportivas nas escolas da rede municipal aos finais de semana.

Grupo de Trabalho F

IX - Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente;

X - Direito ao Território e à Mobilidade.

Propostas:



1. Garantia de fiscalização da distribuição e acesso irrestrito e gratuito a uma merenda nutritiva de qualidade para as instituições públicas de ensino tanto na educação básica como na profissionalizante, preferencialmente providas da agricultura familiar local.
2. Hortas comunitárias verticais em becos e vielas.
3. Priorizar iniciativas de juventude junto às Cooperativas de Catadores, capacitando sua regularização junto aos órgãos municipais, ampliando a oferta de subsídios públicos e promovendo o aumento anual em, no mínimo, 10% dos resíduos sólidos coletados na cidade de São Paulo, até que se alcance o índice de 100% de reciclagem.
4. Promover, através de iniciativas de juventude, hortas urbanas em espaços públicos, tais como escolas, casas de cultura e praças.
5. Mapear a efetiva disponibilidade de acesso de água potável, saneamento básico, tratamento de esgoto e energia elétrica para os jovens, especialmente nas periferias de São Paulo, com preço justo e acessível.
6. Fomentar campanhas de conscientização direcionadas ao público jovem nos espaços públicos (culturais, educacionais, sociais etc) sobre a poluição de córregos e rios e a preservação de suas nascentes, em especial dos rios Tietê e Pinheiros.
7. Incluir na legislação cotas ilimitadas para o passe livre estudantil, conforme Artigo 11 do Estatuto da Juventude, possibilitando o acesso à educação, dentro e fora da escola, ocupando os espaços públicos da cidade e tendo acesso à cultura e à cidadania, sendo reconhecidas as modalidades de ensino diversas.
8. Passe livre para cursinhos gratuitos.
9. Incentivo para que as empresas se estabeleçam nas periferias
10. Designar, com base no Plano Municipal de Habitação em vigor, 25% dos recursos públicos disponíveis para moradia, priorizando o atendimento aos jovens em situação de vulnerabilidade social e integrado aos movimentos sociais.
11. Criar novas Habitações de Interesse Social (HIS), priorizando o Programa Municipal de Autogestão regulamentado pela Lei nº 16.587/16
12. Identificar áreas prioritárias para obras de enterramento de fiação na cidade de São Paulo, considerando as regiões com maiores índices de vulnerabilidade social e visando minimizar as fatalidades, que acometem cerca de 30% dos jovens por ano.
13. Destinar recursos para a moradia dos jovens em áreas próximas às universidades e aos postos de trabalho, priorizando os imóveis ociosos e/ou já ocupados e fazendo cumprir a função social da propriedade.
14. Desburocratizar o processo de cadastro do ID Jovem e vincular o programa à disponibilidade de acesso aos modais alternativos de transporte feitos por meio digital, promovendo ao menos 50% de tarifa subsidiada.
15. Priorizar uma política de mobilidade metropolitana qualificada e integrada aos

diferentes meios de transporte público, visando facilitar a locomoção do jovem paulistano para o centro e nas periferias e, com isso, diminuir o impacto ambiental causado pelo uso de transportes privados.

16. Criar programa de subsídio para a reforma e/ou ampliação em ocupações e moradias nas áreas de vulnerabilidade social habitada por jovens.
17. Criação de um formulário, único e simplificado, para a notificação e solicitação de eventos e atividades que ocupem o espaço público e viabilização de estruturas necessárias para realização dos mesmos.

Grupo de Trabalho G

Eixo XI - Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça.

Propostas:

1. Criação de uma categoria especializada em segurança comunitária escolar preventiva.
2. Aumentar o número de delegacias da mulher que funcionem 24 horas para cada subprefeitura de São Paulo e criação da Patrulha Maria da Penha
3. Desmilitarização da polícia militar.
4. Promover o treinamento nas equipes policiais para abordagem adequada e acolhimento apropriado das vítimas.
5. Desmilitarização por meio da formação humanitária, comunitária e da comunicação não violenta da GCM com foco no combate à violência de gênero, étnico racial, classe, diversidade sexual e todas as demais coordenações que compõem a Secretaria de Direitos Humanos.
6. Promover e fortalecer as medidas de justiça restaurativa e mediação de conflitos, em detrimento de uma política de morte e encarceramento em massa da juventude.
7. Promover e direcionar todos os esforços às autoridades públicas para combater o genocídio da população negra no Brasil.
8. Promover uma política de descriminalização e desencarceramento. Liberdade pra Lula, Renan da Penha e todos os presos políticos